

A virada material nos estudos organizacionais: contribuições da Teoria das Justificações

PRISCILA KELLER PIRES¹
GRAZIELA DIAS ALPERSTEDT¹

¹ UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC) / CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, FLORIANÓPOLIS – SC, BRASIL

Resumo

O objetivo deste ensaio é o de contribuir para o debate sobre a “virada material” nas ciências sociais e, mais especificamente, a respeito da sociomaterialidade nos estudos organizacionais, incluindo a espacialidade. Defendemos a proposição da Teoria das Justificações, que preconiza que os momentos de disputa vivenciados nas organizações não se reduzem apenas aos discursos, mas se valem de objetos e espaços para reafirmar sua lógica de ação. Para isso, abordamos a Teoria das Justificações aplicada ao estudo das organizações, com destaque para o engajamento de objetos, coisas e espaços que são acionados nesses momentos de disputa ou de prova, tão presentes nas organizações, contribuindo para os avanços dessa perspectiva de análise. Com isso, oferecemos uma perspectiva que se soma às pesquisas existentes sobre sociomaterialidade nos estudos organizacionais, em diferentes níveis de análise. Depois de discutir a Teoria da Justificação, suas lógicas morais, a sociomaterialidade e o espaço nos estudos organizacionais, mostramos estudos correlacionados e apontamos caminhos e reflexões para uma agenda de pesquisa sobre o tema. O debate em torno da temática auxilia na compreensão da interação da materialidade com a cognição, o discurso e o comportamento nas diferentes dinâmicas organizacionais.

Palavras-chave: Sociomaterialidade. Objetos. Espaço. Coisas. Teoria da justificação.

The material turn in organizational studies: contributions from “On Justification”

Abstract

This essay aims to contribute to the debate on the so-called “material turn” in social sciences, more specifically, to sociomateriality in organizational studies, including spatiality. We advocate the proposition of the theory of justification that states that the moments of dispute experienced in organizations are not limited to speeches but use objects and spaces to reaffirm their action logic. The theory of justification is approached considering its application in organizational studies, emphasizing the engagement of objects, things, and spaces that are activated in moments of dispute or test situations in organizations, contributing to the advances of this perspective of analysis. The study offers a perspective that adds to existing research on sociomateriality in organizational studies at different levels of analysis. After discussing the theory of justification, its moral logics, sociomateriality, and space in organizational studies, we show correlated studies and point out paths and reflections for a research agenda on the subject. The debate helps to understand the interaction of materiality with cognition, discourse, and behavior in different organizational dynamics.

Keywords: Sociomateriality. Objects. Space. Things. Theory of justification.

El giro material en los estudios organizacionales: contribuciones de la teoría de la justificación

Resumen

El propósito de este ensayo es contribuir al debate sobre el giro material en las ciencias sociales y, más específicamente, sobre la sociomaterialidad en los estudios organizacionales, incluida la espacialidad. Defendemos la proposición de la teoría de la justificación de que los momentos de disputa vividos en las organizaciones no se limitan a los discursos, sino que utilizan objetos y espacios para reafirmar su lógica de acción. Para ello, abordamos la teoría de la justificación aplicada al estudio de las organizaciones, con énfasis en la participación de objetos, cosas y espacios que se activan en estos momentos de disputa o prueba, tan presentes en las organizaciones, contribuyendo a los avances de esta perspectiva de análisis. Así, ofrecemos una perspectiva que se suma a las investigaciones existentes sobre sociomaterialidad en los estudios organizacionales, en diferentes niveles de análisis. Luego de discutir la teoría de la justificación, su lógica moral, la sociomaterialidad y el espacio en los estudios organizacionales, mostramos estudios correlacionados y señalamos caminos y reflexiones para una agenda de investigación sobre el tema. El debate en torno al tema ayuda a comprender la interacción de la materialidad con la cognición, el discurso y el comportamiento en diferentes dinámicas organizacionales.

Palabras clave: Sociomaterialidad. Objetos. Espacio. Cosas. Teoría de la justificación.

INTRODUÇÃO

A afirmação de Wanda J. Orlikowski (2007, p. 1437), sobre o social e o material serem “considerados inextricavelmente relacionados – não há social que não seja também material, e nenhum material que não seja também social”, é repetidamente utilizada para introduzir o conceito de sociomaterialidade, termo que se popularizou nas áreas de sistemas de informação e estudos organizacionais, com base nos estudos da autora (Orlikowski, 2007, 2010; Orlikowski & Scott, 2008). Seu conceito amplamente teórico questiona filosoficamente a separação entre o social e o material (Jarzabkowski & Pinch, 2013; Leonardi, 2013), relação suportada ontologicamente nas discussões filosóficas de Latour (1987, 1992, 2012) e Barad (1996, 2003, 2007).

Latour (2012), em sua Teoria Ator-Rede (TAR), defende que a realidade empírica é formada por “pessoas, ideias, objetos, artefatos, natureza e afins ligados em uma rede intrincada de associações que desenvolvem *momentum* ao longo do tempo” (Leonardi, 2013, p. 60), de modo que não existem diferenças inerentes entre o social e o material. Apesar de sua aplicação ser considerada desafiadora (Braga & Suarez, 2018), a TAR foi utilizada por diversos estudiosos brasileiros em pesquisas no campo das organizações (Alcadipani & Tureta, 2009; Andrade, 2004; Cavalcanti & Alcadipani, 2013; Cerreto & Domenico, 2016; Tonelli, Brito, & Zambalde, 2011). Para essa teoria, a sociedade e a técnica, os humanos e os não humanos pertencem ao mesmo mundo e agem sobre ele mutuamente (Chiapello & Gilbert, 2019).

Já em Barad, o realismo agencial é considerado por Orlikowski (2007) complementar à TAR, que parte de uma reflexão mais epistemológica do que ontológica. Segundo a autora, Barad postula que objetos e fenômenos não possuem agência, uma vez que são as pessoas que atribuem agência a estes quando utilizam diferentes aparatos para compreendê-los. Nesse sentido, os fenômenos são construídos discursivamente com uma postura epistemológica que entende o conhecimento que os indivíduos têm sobre o mundo natural como inseparavelmente ligado às tecnologias utilizadas para observá-lo (Leonardi, 2013).

Tais debates têm contribuído para os estudos organizacionais no entendimento da “virada material” das ciências sociais (Carlile, Nicolini, Langley, & Tsoukas, 2013; De Vaujany, 2019; De Vaujany & Mitev, 2013; De Vaujany & Vaast, 2014; Leonardi, 2013; Leonardi, Nardi, & Kallinikos, 2012; Lorino, 2013; Robichaud & Cooren, 2013; Simpson, Cunha, & Clegg, 2015; Chiapello & Gilbert, 2019; Taylor & Spicer, 2007) e lançam luz sobre fenômenos organizacionais antes negligenciados, enriquecendo a dimensão empírica da investigação acadêmica nesse campo (De Vaujany, 2019; Faraj & Azad, 2012). Nessa perspectiva, artefatos, mecanismos e ferramentas de gerenciamento que animam a rotina administrativa passaram a ser reconhecidos não apenas como dispositivos confinados no interior das grandes empresas, mas também em organizações do terceiro setor, no Estado, nas organizações públicas e na sociedade em geral e se tornaram mediadores indispensáveis de análise das relações sociais (Chiapello & Gilbert, 2019).

Entretanto, apesar de sua crescente popularidade, não se pode deixar de apontar a “incômoda ausência” (Borges & Takahashi, 2021) da dimensão espacial em pesquisas da sociomaterialidade nos estudos organizacionais. Percebe-se que a “virada material” nesse campo não foi acompanhada por uma “virada espacial”. Nesse sentido, com o intuito de contribuir para essa temática, este ensaio traz luz para a sociomaterialidade, incluindo não apenas os artefatos materiais, mas a discussão sobre o papel que a dimensão espacial exerce na vida organizacional, tendo como base a teoria sociológica de Boltanski e Thévenot¹ (2006).

Desenvolvida fundamentada nos princípios teóricos da economia das convenções, tal perspectiva parte da análise dos atores em momentos de disputa, avaliando as situações com base em convenções quanto a pessoas, coisas e ações (Boltanski & Thévenot, 2006). Apesar de essa teoria ser considerada uma forma de análise pragmática do discurso, na qual as lógicas de justificação são examinadas como lógicas de interpretação e avaliação dos atores, admite-se que elas não emergem necessariamente na forma discursiva (Diaz-Bone, 2018). Assim, as justificativas baseiam-se no engajamento de objetos ou outros elementos da situação e devem atender ao requisito de oferecer prova de suas afirmações; para serem utilizados como evidências, os objetos, as pessoas e os eventos precisam ser qualificados, de acordo com a ordem específica de valor acionada pelo ator (Thévenot, Moody, & Lafaye, 2000).

Tal perspectiva considera que as ordens de justificação não podem ser reduzidas apenas aos discursos. Desse modo, para que seja possível compreender e identificar os mundos de justificação ativados pelos atores, torna-se necessário que o pesquisador esteja presente ou tenha clara a espacialidade que envolve os atores no momento da “fala” ou “expressão”, que conduza a

¹ Teoria apresentada no livro *On Justification: Economies of Worth* (2006, versão em inglês), publicado pela primeira vez em 1987 com o título *Les économies de la grandeur* e reeditado em uma versão revisada em 1991 com o título *De la justification: Les économies de la grandeur*.

métodos de pesquisa que possam capturar tais lógicas. Assim, torna-se possível reunir, para além do que é dito, os diferentes objetos, pessoas e dispositivos ativados naquele momento.

A escolha da Teoria da Justificação também se fortalece na medida em que ganha reconhecimento nos estudos organizacionais (H. Amblard, Bernoux, Herreros, & Livian, 1996; M. Amblard, 2003; Jagd, 2011; Krieger & Andion, 2014; Lafaye, 1996) e da sociomaterialidade (Chiapello & Albert, 2019; Daudigeos & Valiorgue, 2018; Mitev, Morgan-Thomas, Lorino, De Vaujany, & Nama, 2018; Reinecke, Van Bommel, & Spicer, 2018; Salminen, 2018).

Em aderência a essa perspectiva teórica, a adoção de ontologias pragmáticas em pesquisas de sociomaterialidade também tem sido apontada como uma possibilidade de ampliação desse debate no campo da análise organizacional (Holtz, 2021). Apesar de sua notável relevância, as pesquisas nos estudos organizacionais que abordam a perspectiva sociomaterial no Brasil ainda são escassas. Uma busca sistemática nas bases SPELL e Scielo retornou sete artigos publicados sobre a temática, e nenhum deles considerou a espacialidade. É nesse sentido que buscamos avançar nesse debate, discutindo a sociomaterialidade de objetos, coisas e espaços com base na Teoria da Justificação de Boltanski e Thévenot (2006) aplicada ao estudo das organizações, que contribui para uma agenda de pesquisa sobre a temática.

Nosso objetivo é, portanto, contribuir para o debate sobre a “virada material” nas ciências sociais e, mais especificamente, a respeito da sociomaterialidade nos estudos organizacionais, incluindo a espacialidade. Para isso, nas seções seguintes, discutimos: a) a Teoria da Justificação para o estudo da sociomaterialidade nos estudos organizacionais; b) o espaço nos estudos organizacionais, com base na sociomaterialidade espacial; c) os caminhos e as reflexões para uma agenda de pesquisa sobre a temática; e d) nossos apontamentos e contribuições finais.

A TEORIA DA JUSTIFICAÇÃO: LÓGICAS MORAIS EM CONFLITO

Diferente de outras abordagens da sociologia, a teoria sociológica desenvolvida por Boltanski e Thévenot (2006), fundamentada nos princípios teóricos da Economia das Convenções, tem seu foco nos atores que se coordenam em situações em que precisam atingir um bem comum e, para tanto, buscam resolver as incertezas quanto à qualidade e ao significado envolvido nesses momentos. Seguindo uma abordagem pragmatista, consideram que os atores são competentes para julgar a adequação de suas escolhas à situação e estabelecer compromissos estáveis segundo diferentes ordens de valor.

Na busca por demonstrar que não existe apenas uma forma de gerar valor na sociedade, mas que as economias modernas apresentam múltiplos princípios de avaliação ou múltiplas ordens de valor (Stark, 2000), Boltanski e Thévenot (2006) observam as crenças, os valores e as representações dos atores ligados a situações de provas ou disputas vivenciadas.

Afastam-se, assim, das noções de cultura e grupo social dos institucionalistas parsonianos para seguir as pessoas em seus momentos de “provas”, momentos de ruptura da ordem, em que estão envolvidos em uma situação específica que convenciona suas medidas de valor de acordo com a situação. Nesse caso, as estruturas morais são centrais para a análise sociológica, na medida em que informam a ação, avaliação e distribuição de valor social dos atores em suas práticas cotidianas (Boltanski & Chiapello, 2005, 2020; Boltanski & Thévenot, 2006, 2020; Thévenot, 2001).

Alicerçados no pressuposto de que as justificações descendem de lugares comuns ou princípios superiores comuns, os autores extraíram da análise de textos canônicos da filosofia política um conjunto de seis bens comuns, ou políticas, que operam em diferentes tipos de interação social da vida cotidiana, formando seis mundos ou *cités*: a política “inspirada” (*A Cidade de Deus*, Santo Agostinho); a política “doméstica” (*Sagrada Escritura*, Bossuet); a política “da fama” (*O Leviatã*, Hobbes); a política “civil” (*O Contrato Social*, Rousseau); a política “industrial” (*Da Fisiologia Social*, Saint-Simon); e a política “do mercado” (*A riqueza das Nações*, Adam Smith) (Boltanski & Thévenot, 2006, 2020). Mais tarde, juntaram a esses seis mundos o por projeto e ecológico, a lógica do mundo de projetos ou em rede, que surge na década de 1990 e reintegra as críticas das formas de trabalho capitalista surgidas na década de 1960. Seus atores principais são qualificados por formar redes e se provarem capazes de projetar ou gerir um projeto (Boltanski & Chiapello, 2009, 2020). Em contribuição a outros autores, Thévenot descreveu o mundo verde ou ecológico, lógica que busca dar uma resposta à crítica ecológica e destaca a preocupação com a preservação do ambiente natural, biológico e climático (Lafaye & Thévenot, 1993; Thévenot, Moody, & Lafaye, 2000).

Com base nos dados empíricos coletados nas situações de prova, torna-se possível captar um panorama dos tipos de justificação mais seguidamente empregados nas situações de enfrentamento diário, ordenadas segundo lógicas morais, descritas pelos autores como “mundos de justificação” ou cités, conforme descrito anteriormente: inspiração (santidade, criatividade, imaginação, sensibilidade artística); doméstico (estima e reputação); da fama (autoestima); civil (bens coletivos); mercantil (desejos dos indivíduos; bens raros); industrial (objetos tecnológicos; métodos científicos; produtividade e eficiência); por projeto (mundo em rede); e ecológico (mundo verde, ambientalmente sustentável e responsável). Tais ordens de valor podem coexistir em um mesmo espaço social, sendo estas mais ou menos pertinentes de acordo com a natureza dos objetos materiais e simbólicos envolvidos na situação (Boltanski, 2001).

A Teoria da Justificação de Boltanski e Thévenot (1999, 2006, 2020) se estabelece, portanto, levando em conta a tentativa de compreender essa pluralidade de lógicas que guiam a coordenação dos atores em momentos críticos. É no momento em que as pessoas justificam suas ações ou criticam as ações de outros que elas evocam motivos morais como evidências em apoio às suas justificações. E, nesse momento, valem-se de artefatos materiais para justificar suas escolhas. O “imperativo da justificação”, ou seja, a utilização de argumentos como justificação em busca de acordos é o alicerce de sustentação e coordenação da conduta dos indivíduos (Martins & Amaral, 2009).

Uma característica importante dos momentos em que as pessoas entram em disputa é o estabelecimento da equivalência. Este permite que os envolvidos em uma disputa encontrem um entendimento mútuo quanto aos termos que estabelecem um acordo entre as partes. Diferentes sistemas de justificação coexistem em um mesmo espaço social, sendo estes mais ou menos pertinentes, de acordo com a natureza dos objetos materiais e simbólicos envolvidos na situação (Boltanski, 2001). Assim, objetos, espaços e pessoas invocados durante os momentos de justificação servem como evidência material do estado de valor em que o ator se apoia no momento de disputa. A reunião desses diferentes elementos é utilizada para justificar a posição do ator e esclarecer o princípio de equivalência que esses itens têm em comum. Essa equivalência é a medida de valor principal para o estabelecimento do regime de justiça ou regime de justificação (Boltanski & Thévenot, 1999).

A SOCIOMATERIALIDADE NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E A TEORIA DA JUSTIFICAÇÃO

A chamada “virada material” nos estudos organizacionais observa como as atividades nas organizações são dependentes de “materialidades que unem relações sociais, estruturas físicas e processos organizacionais” (Simpson et al., 2015, p. 376). Diversos estudos têm buscado compreender como a materialidade interage com a cognição, o discurso e o comportamento nas dinâmicas organizacionais (Callon, 2013; Carlile et al., 2013; De Vaujany & Mitev, 2013; De Vaujany & Vaast, 2014; Leonardi et al., 2012; Mitev et al., 2018; De Vaujany, 2019). Nesse sentido, as técnicas gerenciais podem ser exploradas com base em diferentes abordagens que buscam compreender sua relação com a materialidade dos artefatos. A observação de artefatos materiais utilizados pelos atores para orientar as atividades coletivas nas organizações pode ocorrer levando em conta os distintos entendimentos das técnicas de gestão, como ferramentas, ideologia, cultura ou atividades, sendo possível a sobreposição destas em certas situações (Mitev et al., 2018).

Em especial, a abordagem que classifica artefatos e técnicas gerenciais como atividade (Mitev et al., 2018) corrobora a classificação de Chiapello e Gilbert (2019) de investimento em formas, partindo de uma perspectiva institucionalista (Chiapello & Gilbert, 2019) que se apoia na abordagem convencionalista de Boltanski e Thévenot (2006). O termo “convencionalista” é adotado em alusão à Teoria das Justificações, também conhecida como Teoria das Convenções (Mitev et al., 2018). A principal relação dessa teoria com a sociomaterialidade está na inquietação basilar de Thévenot (2001), que visa compreender como os objetos podem participar do mundo moral, buscando aproximar o entendimento de “bem” e “real”.

Nesse sentido, a qualidade dos artefatos e das ferramentas gerenciais, por meio da abordagem do “investimento em formas”, depende do contexto e da sua relação com os indivíduos, os grupos e a sociedade em geral, com base na perspectiva da análise social (Chiapello & Gilbert, 2019). O termo “investimento em formas” destaca o entendimento de Eymard-Duvernay e Thévenot quanto ao conjunto de ferramentas (normas, padrões, regulamentos etc.) necessárias para qualquer forma de produção, sendo essa característica fundamental da perspectiva das ordens de valor de Boltanski e Thévenot (2006). O investimento nessas ferramentas sempre acarreta alguma forma de custo ou investimento, mas também gera rendimento em

economia de tempo, fluidez e regularidade das ações. A fundamentação dessa abordagem parte de três axiomas próprios da Teoria das Convenções: a natureza convencional da vida social, a coexistência de uma pluralidade de convenções e a natureza produtiva e interativa destas. O interesse dos convencionalistas nos artefatos e nas ferramentas de gerenciamento perpassa o entendimento de que estas incorporam e adotam convenções que orientam as ações, assim como geram efeitos distintos no comportamento e na cognição social caso outras convenções sejam adotadas (Chiapello & Gilbert, 2019).

Um exemplo de pesquisa que utilizou a Teoria da Justificação nesse contexto foi a empregada por Daudigeos e Valiorgue (2018) ao observarem o envolvimento de dispositivos materiais no processo de coordenação em organizações com princípios múltiplos e heterogêneos, ou seja, com lógicas institucionais diversas. Com base em exemplos empíricos, propuseram três categorias de objetos e dispositivos envolvidos na resposta ao pluralismo institucional das organizações: objetos específicos, compostos e acertos², cada qual representando formas diferentes de resposta a este.

Os objetos específicos se referem àqueles apresentados por Boltanski e Thévenot (2006, p. 40) relacionados com determinados princípios de ação que formam “um mundo coerente e autossuficiente, uma natureza”. Estes auxiliam a compreensão do valor das pessoas envolvidas nas situações de prova, ou seja, na identificação dos mecanismos de valor, de modo que podem se apresentar como regras, diplomas, códigos, ferramentas, prédios, máquinas ou de outras formas (Boltanski & Thévenot, 2006). De acordo com a teoria, os objetos de uma lógica específica conflitam com objetos que representam fortemente outras lógicas. A presença de objetos com lógicas conflitantes pode gerar tensão no ambiente por indicar que existe mais de uma forma vigente de avaliar e coordenar a ação coletiva. Nesse caso, a eliminação do pluralismo institucional ocorre quando um mundo tem prioridade sobre o outro e acaba o dominando (Daudigeos & Valiorgue, 2018).

Já os chamados objetos compostos incorporam e mantêm o compromisso organizacional ao longo do tempo. Na existência de tensão entre princípios concorrentes de dois mundos distintos, os atores chegam a um compromisso e, assim, acordam coexistir em um mesmo ambiente. Nesse sentido, a situação mantém-se composta, mas o conflito é evitado (Daudigeos & Valiorgue, 2018). A estabilidade alcançada com o compromisso entre ordens de valor distintas é sustentada por ferramentas e dispositivos que ganham “nova forma” com base no acordo (Thévenot, 1996). Tais objetos, agora a serviço do compromisso feito entre os atores, adquirem uma nova identidade que os tornam reconhecíveis para ambos os mundos de forma neutra, indivisível. Compromissos estabelecidos com objetos compostos são mais resistentes a críticas, uma vez que a nova identidade comum ajuda a formar e a manter o compromisso mais estável (Boltanski & Thévenot, 2006).

Os acertos ou as soluções localizadas representam acordos temporários entre dois mundos. Nesses casos, o acordo feito entre os atores é encerrar a disputa temporariamente, mesmo que esta não esteja resolvida (Daudigeos & Valiorgue, 2018). Os objetos dessas situações foram chamados de “objetos de acerto”, por representarem aqueles utilizados pelos atores para alcançar seus interesses pessoais. Considera-se que esse tipo de acordo situacional não busque o entendimento quanto a um bem comum, mas, sim, um acordo no qual as partes envolvidas saem ganhando aquilo que desejam (Boltanski & Thévenot, 2006).

Para Chiapello e Gilbert (2019), o reconhecimento de categorias da agência dos objetos, bem como as transformações que elas produzem, parte da identificação de três funções das ferramentas de gerenciamento: a função epistêmica, com observação de como as ferramentas propõem/impõem seus conhecimentos às pessoas e sua relação com a cognição e o tratamento das informações; a função pragmática, que entende como as ferramentas permitem a ação e propõem/impõem suas práticas, formas de ação e decisões, se referindo à relação entre trabalhadores e suas atividades; e a função política, que descreve como as ferramentas produzem e reproduzem relações de poder entre as pessoas, mesmo quando não foram projetadas para esse fim (Chiapello & Gilbert, 2019).

Os estudos de Chiapello e Gilbert (2019), Daudigeos e Valiorgue (2018) e Mitev et al. (2018) são bons exemplos de aproximações entre a materialidade de artefatos, dispositivos, ferramentas e objetos com a Teoria da Justificação de Boltanski e Thévenot (2006). A seguir, apresenta-se a dimensão espacial da sociomaterialidade, ainda muito pouco explorada em estudos organizacionais, com base nas ordens de valor de Boltanski e Thévenot (2006).

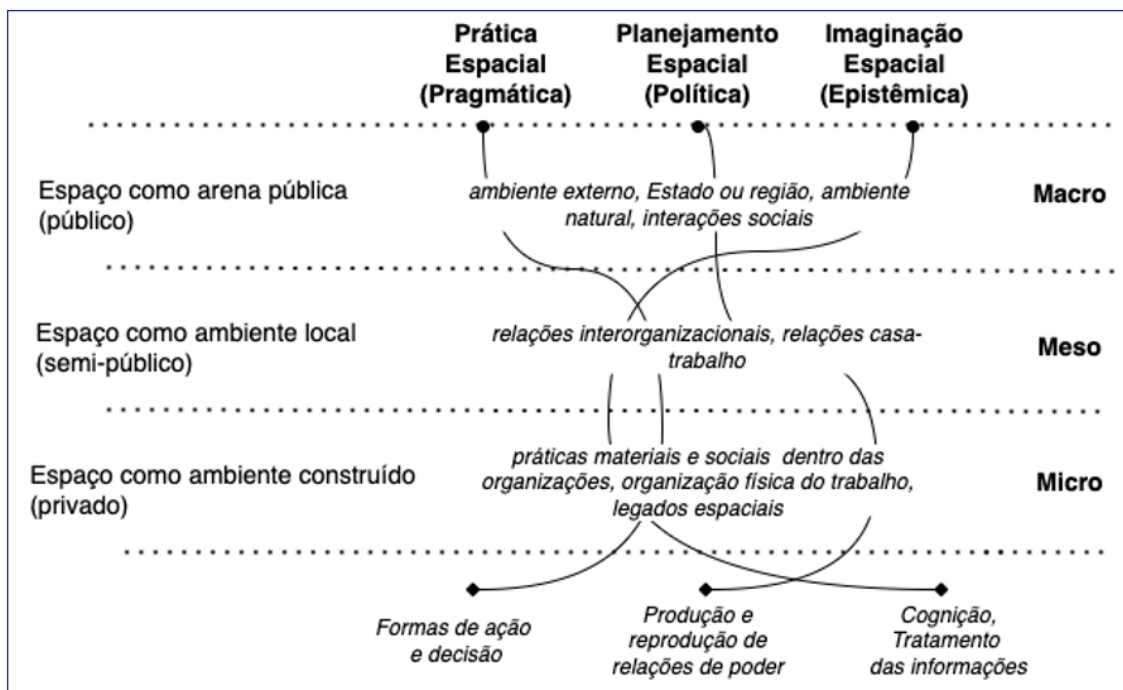
² O termo “acerto” foi escolhido para traduzir a palavra *settlement* em inglês. Essa escolha foi feita para que essa forma de resolução de conflito não seja confundida com o acordo ou compromisso feito entre os atores no caso de objetos compostos.

INDO ALÉM DOS ARTEFATOS NO ESTUDO DA SOCIOMATERIALIDADE: O ESPAÇO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Por muito tempo, os espaços e lugares onde a gestão ocorre foram retratados na literatura como espaços neutros, normalmente pesquisados como categorias separadas empiricamente e analiticamente das demais. A aproximação do debate da “virada espacial” à realidade dos estudos organizacionais revelou a possibilidade de se observar o espaço explicitamente em análises de campo, deixando de ser apenas observado de modo implícito pelas teorias tradicionais. Estudos que se debruçam sobre o tema variam de foco e consideram as “arquiteturas organizacionais” como elementos constitutivos da estrutura organizacional (Lorino, 2013), assim como teorizam os “legados espaciais” formados pelo espaço e a legitimidade organizacional ao longo do tempo (De Vaujany & Vaast, 2014), permitindo que diferentes aspectos da dimensão espacial ou dos “espaços organizacionais” sejam observados com base em níveis espaciais diversos (Taylor & Spicer, 2007).

Os “espaços organizacionais” foram objeto de análise multinível teorizada por Taylor e Spicer (2007), fundamentada em uma revisão de estudos da área de administração sobre a temática. A síntese da análise, segundo as noções de Lefebvre (1991), sugere uma definição de espaços organizacionais que parte de três dimensões analiticamente relacionadas: a) práticas de distância e proximidade – prática espacial –, que enfatizam a fisicalidade de como pessoas, materiais e produtos se movem nos espaços, relacionando a materialidade com o posicionamento; b) planejamento de relações de poder espacializadas – planejamento espacial –, que diz respeito às dinâmicas de planejamento que sustentam os espaços organizacionais; e c) experiências imaginadas – imaginação espacial –, que se referem ao simbolismo e à linguagem expressas nos espaços. Apesar de as três dimensões apresentarem dinâmicas significativamente diferentes, admite-se que estas não podem ser separadas analiticamente. Nesse sentido, a Figura 1 busca representar a análise multinível dos “espaços organizacionais” proposta por Taylor e Spicer (2007) e sua relação com as funções pragmáticas, políticas e epistêmicas das ferramentas de gerenciamento propostas Chiapello e Gilbert (2019).

Figura 1
Escala espacial e níveis organizacionais



Fonte: Adaptada de Taylor e Spicer (2007) e Chiapello e Gilbert (2019).

Os estudos do espaço como prática espacial partem da abordagem geométrica euclidiana, do entendimento absolutista, com observação da distância física e a compreensão de que as distâncias espaciais podem ser objetivamente mensuradas. Sob essa perspectiva, podem-se destacar estudos direcionados para a análise do layout dos locais de trabalho, a dinâmica espacial nas indústrias, o posicionamento estratégico por recursos, a aglomeração baseada na dinâmica competitiva, a abordagem da análise de redes e aglomerações regionais. Apesar das vantagens e contribuições para o campo dos estudos organizacionais, o entendimento do espaço organizacional com base em distâncias e proximidades não contribui para explicar a percepção e as experiências dos atores envolvidos nas dinâmicas organizacionais. Além disso, essa abordagem não consegue explicar como padrões de poder e resistência influenciam as manifestações de distância e proximidade, ou seja, como a configuração do espaço toma forma e como esta é praticada (Taylor & Spicer, 2007).

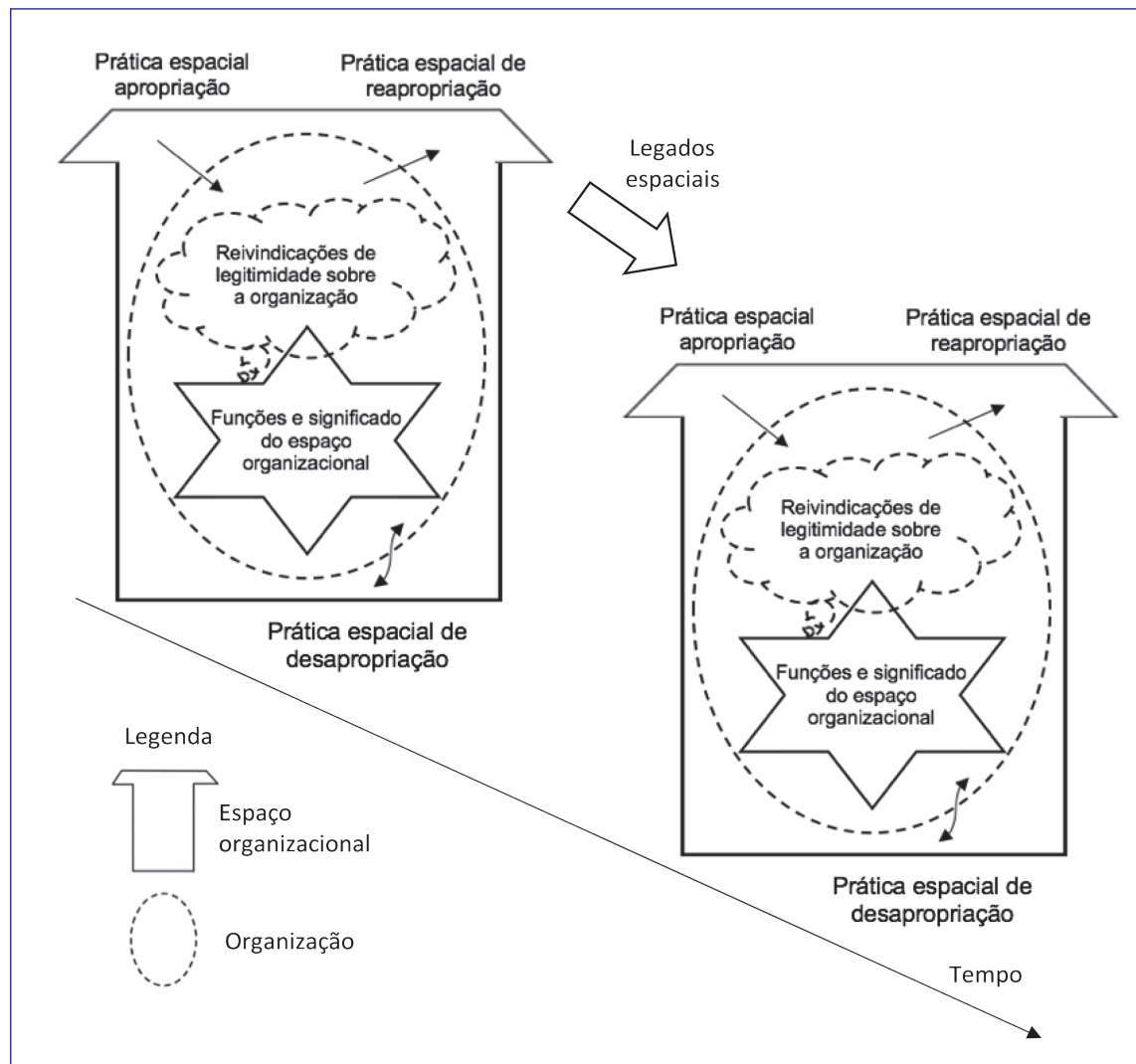
Já a abordagem do espaço organizacional como materialização das relações de poder – planejamento espacial – tem como base as categorias analíticas que partem dos estudos de Marx quanto ao espaço econômico. Nessas análises dos novos espaços decorrentes do capitalismo industrial no Reino Unido, em meados do século XIX, o questionamento gira em torno de como estes representavam a materialização de mudanças nas relações de poder causadas pelo sistema capitalista. Estudos que se apoiam nessa abordagem analisam os arranjos espaciais das cidades como mecanismos de controle da força de trabalho, com observação do papel da arquitetura, do layout organizacional e do ambiente de trabalho para a manutenção das relações de poder. Com base nessas observações, também surgiram análises quanto à utilização do espaço de maneira desviante, assim como da relação entre trabalho e não trabalho. Esses estudos destacam os fenômenos de “desfocagem” do espaço público (trabalho) e do espaço privado (doméstico), fundamentados nos novos limites organizacionais, por exemplo, as organizações sem fronteiras, as organizações virtuais e o *homeworking*. Assim, essa abordagem permite analisar as razões e os motivos pelos quais os espaços são configurados, considerando os espaços organizacionais e da cidade como mecanismos de controle de poder e dominação (Taylor & Spicer, 2007).

Ao examinarem a abordagem do espaço como experiência – imaginação espacial –, Taylor e Spicer (2007) consideram que os estudos da abordagem anterior – espaço como materialização das relações de poder – podem desconsiderar os espaços como manifestação das experiências e significações dos habitantes. Essa abordagem se afasta do entendimento de espaço organizacional como manifestação física e propõe uma análise simbólica e estética que consiga compreender a influência dos espaços organizacionais na cultura e identidade das organizações, as histórias que os espaços contam e como os usuários a “reescrevem”. As críticas a essa abordagem fazem o caminho contrário ao da abordagem anterior. Um dos argumentos, por exemplo, destaca que se concentrar apenas nas dimensões estéticas dos espaços organizacionais pode limitar a percepção das relações de poder que condicionam os símbolos em análise, assim como as diferentes experiências vividas em um local podem estar relacionadas com posições estruturais distintas nas relações de poder que esses indivíduos ocupam (Cairns, 2002; Willmott, 1993).

A proposta de De Vaujany e Vaast (2014) também defende que tanto os espaços organizacionais quanto a legitimidade são imbricados temporalmente por meio das práticas espaciais. Para esse efeito, os autores conceituam a ideia de “legados espaciais” “como repositórios duradouros da história espacial de uma organização” (De Vaujany & Vaast, 2014, p. 725). Nesse sentido, entendem que os legados espaciais exercem a função material de exibir, no espaço organizacional, traços de espaços e práticas espaciais de períodos anteriores. Quase como uma “memória”, os legados espaciais podem até se tornar obsoletos materialmente, no entanto, podem manter a função simbólica utilizada para reforçar a legitimidade. Desse modo, sua teorização parte da abordagem do espaço como imaginação e prática espacial (Taylor & Spicer, 2007) ao defenderem que a imbricação do espaço organizacional e da legitimidade ocorre por meio das práticas espaciais internas. Esse processo de imbricação temporal é representado pela Figura 2.

Figura 2

A imbricação ao longo do tempo do espaço organizacional e da legitimidade por meio de legados espaciais e práticas



Fonte: De Vaujany e Vaast (2014, p. 726, tradução nossa).

Os autores contribuem para ampliar a discussão quanto à dimensão espacial nos estudos organizacionais ao tratar da imbricação do espaço de uma organização e suas reivindicações de legitimidade ao longo do tempo. Partem da ideia de que os legados espaciais ou sociomateriais do passado podem ser importados para o futuro, ao mesmo tempo em que estão constantemente sendo moldados e remodelados por práticas de apropriação, reapropriação e desapropriação. Assim, o design, o redesenho do espaço e as práticas espaciais em curso respondem às necessidades organizacionais imediatas e às condições institucionais em mudança (De Vaujany & Vaast, 2014). Todavia, fica claro que o estudo evidencia a dinâmica intraorganizacional, deixando de lado as relações entre o espaço organizacional e seu ambiente geográfico mais amplo.

Entre os estudos que exploram como a visão pragmática clássica da percepção sensorial contribui para as pesquisas em contextos urbanos em geografia, antropologia e sociologia está o de Gaudin (2018). Apesar de sua abordagem não tratar dos estudos organizacionais, ela possibilita a reflexão de como observar os ambientes construídos, no contexto espacial urbano, "como um fator condicionante concreto das próprias interações sociais" (Gaudin, 2018, p. 176). O estudo argumenta que o espaço físico não é apenas responsável por constituir o cenário em que as interações humanas ocorrem, mas também se relaciona diretamente com como essas interações são moldadas, aproximando-se da perspectiva de espaço como experiência –

imaginação espacial (Taylor & Spicer, 2007). O estudo apoia-se no conceito de “avaliação” de Dewey (1939), explicando que os indivíduos desenvolvem preferências práticas que se manifestam em suas expressões corporais – gestos, atitudes, condutas. Essas preferências se formam antes mesmo da reivindicação consciente dos valores dos indivíduos. Assim, entende-se que estes emergem das escolhas, das preferências manifestadas em situações de confronto.

Até esse ponto, percebe-se que os estudos apoiados nos princípios teóricos da abordagem convencionalista, na qual a Teoria da Justificação de Boltanski e Thévenot (2006) se fundamenta, aproximam-se da perspectiva do espaço como experiência – imaginação espacial (Taylor & Spicer, 2007). Por ter como sustentação principal um olhar *bottom-up*, manifestado por uma microssociologia pragmática, a Teoria da Justificação entende que diferentes sistemas de justificação podem coexistir em um mesmo espaço social, e estes são pertinentes de acordo com a natureza da materialidade envolvida na situação. Nesse sentido, a reunião de diferentes objetos, dispositivos, espaços e pessoas utilizados para justificar a posição dos indivíduos em determinada situação esclarece o princípio de equivalência que tais itens possuem em comum.

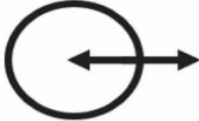


Partindo dessa perspectiva, Salminen (2018) desenvolveu a análise do aspecto espacial com base na Teoria da Justificação, demonstrando que os mundos de justificação possuem lógicas espaciais distintas. Tal entendimento pressupõe que, uma vez que o pensamento humano é multimodal, metáforas espaciais são utilizadas para argumentar e justificar suas visões. Assim, a relação entre a sociomaterialidade e a Teoria de Justificação é reforçada pelo autor ao lembrar que os objetos materiais – dispositivos – são parte importante do processo de argumentação ou justificação durante as disputas em momentos críticos. Desse modo, os objetos acionados pelas pessoas durante a justificação representam os valores expressados ou manifestos pelos mundos correspondentes.

Ao trazer o espaço para análise, Salminen (2018) propõe sua interpretação fundamentada nos mundos de justificação, que utilizam como base os esquemas de imagem inspirados em Johnson (1987) e Lakoff (1987). Segundo estes, os esquemas de imagem são usados pelas pessoas quando estas descrevem um espaço físico real e quando utilizam metáforas para representar o espaço figurativamente, ou seja, criam metáforas visuoespaciais. Dessa forma, as metáforas visuoespaciais são ferramentas de argumentação poderosas, que permitem que as controvérsias sejam analisadas por meio de um novo método.

Três esquemas de imagem são utilizados para interpretar as semelhanças e diferenças entre os mundos de justificação: contêiner, *Source-path-goal* e esquema de escala vertical.

Como se pode observar no Quadro 1, os mundos doméstico e de renome possuem a lógica espacial do esquema de imagem de contêiner de formas opostas. Enquanto o mundo doméstico é representado por ser um ambiente fechado e protegido de ameaças externas, o mundo do renome valoriza o exterior e as opiniões daqueles fora do círculo de conhecidos (Salminen, 2018). Esse entendimento transportado para uma análise multinível leva à interpretação de uma passagem da abordagem micro para macro nos estudos organizacionais, ou seja, como uma ação ou atividade intraorganizacional é “escalada” ou “transportada” para outras dimensões dentro ou fora da estrutura organizacional em análise.

Quadro 1
Lógicas espaciais e esquemas de imagem nos mundos da justificação

Esquemas de imagem	Mundos de justificação com lógicas espaciais opostas
<p>Contêiner</p>  <p>(Lakoff & Johnson, 1999, p. 32)</p>	<p>Mundo doméstico. Recipiente (contêiner): ordem interna orientada para dentro; tradições; regras; fora é visto como uma ameaça.</p> <p>Mundo de renome. Recipiente (contêiner): orientado para o exterior; imagem; marca; opinião de pessoas de fora.</p>
<p><i>Source-path-goal</i> (objetivo-caminho-meta)</p>  <p>(Lakoff & Johnson, 1999, p. 33)</p>	<p>Mundo industrial. <i>Source-path-goal</i>: espaço como meio para um fim, para alcançar metas predefinidas.</p> <p>Mundo da inspiração. <i>Source-path-goal</i>: o espaço como um fim em si, que celebra o caminho, uma jornada ao desconhecido.</p>
<p><i>Vertical scale</i> (escala vertical)</p>  <p>(Johnson, 1987, p. 123)</p>	<p>Mundo do mercado. Escala vertical: ordenada; hierárquica; vertical.</p> <p>Mundo cívico. Escala vertical: nivelada; igual; equilibrada; simétrica; horizontal.</p>

Fonte: Salminen (2018, p. 8).

O mundo industrial e da inspiração, também de maneira oposta, compartilha o esquema *Source-path-goal* (objetivo-caminho-meta). Enquanto, no primeiro, o espaço é um meio para um fim, no segundo, o espaço é o fim em si mesmo. Ou seja, no mundo industrial, o espaço é planejado, controlado e mensurado como meio para atingir metas; já no mundo da inspiração, ele é valioso quando não pode ser medido; a ênfase está no percurso, na jornada em si. Já o esquema de imagem de escala vertical representa os mundos do mercado e cívico, em que o espaço no mundo do mercado possibilita que as trocas financeiras e a busca do lucro ampliem a ordem hierárquica entre as pessoas. O espaço urbano, mais especificamente as cidades, são as principais arenas que ensejam a competição. Contrariamente, no mundo cívico, as cidades são consideradas fóruns públicos compartilhados, pontos de encontro, onde as diferenças entre as pessoas são reduzidas (Salminen, 2018). Percebe-se que, novamente, pesquisas fundamentadas na Teoria da Justificação devem atentar-se aos diferentes níveis de espacialidade considerados nas situações observadas.

CAMINHOS E REFLEXÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

Os estudos de De Vaujany e Vaast (2014), Gaudin (2018) e Salminen (2018) oferecem uma alternativa de análise para as controvérsias dos mundos de justificação de Boltanski e Thévenot (2006). O caso exemplificador de Salminen (2018), que utiliza claramente as metáforas espaciais em uma disputa espacial de rua na cidade de Tampere, na Finlândia, permite uma nova forma de analisar a multimodalidade do pensamento humano, com base nos esquemas de imagem, permitindo que o método desenvolvido possa ser aplicado em casos nos quais a interferência da espacialidade pareça ser menos óbvia.

Da mesma forma, a analogia de Lorino (2013) sugere a aplicação da abordagem da sociomaterialidade nos sistemas de gestão fundada na análise das “arquiteturas” organizacionais, demonstrando que os estudos das organizações podem abordar os “instrumentos arquitetônicos” de uma organização – ferramentas empresariais e modelos de gestão –, enquadrando-as com as atividades coletivas que transmitem arquiteturas narrativas – “arquitextuais”. Isso reforça o papel da “arquitetura organizacional” como mediadora, que conecta a realidade da atividade executada a outras coisas como valores, crenças, normas e instituições, permitindo que a atividade coletiva seja exercida efetivamente nas organizações.

Com base nas discussões feitas até aqui, constata-se que a Teoria da Justificação se revela como uma importante contribuição no campo da sociomaterialidade nos estudos organizacionais. Ao se afastarem das dicotomias homem/objeto, racional/substantivo, justo/injusto presentes em muitos estudos do campo, os autores mostram como a multiplicidade e a complexidade de lógicas podem coexistir, incluindo os não humanos como mediadores dos processos de justificação dos atores, o que revela o estado de valor no qual estes se apoiam em momentos de disputa ou conflito.

Além disso, essa teoria destaca as ausências, os sacrifícios e as perdas nos confrontos diários que ocorrem nos processos de coordenação organizacional. Nesse sentido, a lógica de Boltanski e Thévenot (2006) permite compreender o processo complexo de coordenação de diferentes artefatos, técnicas gerenciais, recursos e espaços no processo organizacional, não apenas como parte de atividades ou tarefas interdependentes, mas como parte fundamental de atividades conflituosas pertencentes a um processo relacional de múltiplos compromissos e acordos (Petani, 2016). Os compromissos entre lógicas distintas podem ser interpretados como os elementos que integram o processo organizacional como um todo, mostrando como eles possuem lógicas concorrentes que precisam ser conciliadas para que a atividade organizacional se desenvolva.

Na literatura, o arranjo de elementos conflitantes é explicado pelo conceito de hibridismo organizacional, como “a mistura de elementos organizacionais centrais que convencionalmente não estariam interligados” em um mesmo contexto organizacional (Battilana, Becharov, & Mitzinneck, 2017, p. 138). Essa coexistência de diferentes interesses em uma mesma organização, ou a persistente contradição entre elementos interdependentes, definida como paradoxos ou tensões, é uma prerrogativa em muitas formas de organização. Tal temática aparece consolidada pela adoção de diversificadas perspectivas teóricas. Estudos recentes adotam a perspectiva de análise institucional pluralista, caracterizando as organizações por meio de racionalidades concorrentes (Cloutier & Langley, 2007; Kalberg, 1980; Kraatz & Block, 2008); lógicas institucionais (Pache & Thornton, 2020; Reay & Hinings, 2009; Thornton, 2004; Thornton, Ocasio, & Lounsbury, 2012); *frame analysis* (Grenier & Bernardini-Perinciolo, 2016; Millar, Hall, & Miller, 2020); *framework* convencionalista (Mitev et al., 2018; Reinecke et al., & Spider, 2017) e contextos pluralistas (Denis, Langley, & Rouleau, 2007; Jarzabkowski & Fenton, 2006) para explicar a coexistência de diferentes racionalidades (Jagd, 2011) em um mesmo contexto organizacional. A Teoria das Justificações soma-se a essas abordagens, enriquecendo-as e mostrando como vários mundos podem coexistir com base em estabilizações que acontecem por meio de acordos intra e interorganizacionais, em organizações formais, nas redes e formas organizacionais alternativas que se utilizam de objetos materiais e espaços para justificarem suas diferentes lógicas.

Com isso e por meio das lacunas e dos avanços em estudos recentes, apresentamos proposições de pesquisas possíveis que podem contribuir para os estudos no campo, oferecendo oportunidades de novos caminhos, sem querer abarcar todas as possibilidades.

Um primeiro campo de pesquisa poderia se debruçar sobre as práticas cotidianas e os compromissos estabelecidos pelos atores em espaços organizacionais formais e/ou informais, de modo a compreender a complexidade dos ajustes estabelecidos que abrangem a complexidade da situação. Da mesma forma, tal análise pode ajudar a entender a recusa de compromisso, que se revela como um caminho para a compreensão da pluralidade de sacrifício nas diferentes situações em espaços organizacionais diversificados.

Estudos voltados para os legados espaciais podem contribuir para a compreensão de mundos apreendidos pela organização em espaços e práticas espaciais de períodos anteriores, para tentar esclarecer o papel do simbolismo e da “memória” contida nesses legados, reforçando legitimidades e fortalecendo o desenvolvimento de estudos com base na abordagem do espaço como experiência – imaginação espacial.

Outra perspectiva que se abre é o estudo das controvérsias existentes em muitas situações de prova ou dilemas morais vivenciados por organizações que se propõem a atuar no campo do impacto social, baseadas em uma missão social com retorno financeiro. Tais estudos poderiam revelar uma pluralidade de mundos, para além dos comumente estudados, quais sejam, o social e o econômico. Nesse sentido, *insights* sobre o “mundo da fama”, por exemplo, poderiam ser revelados, assim como a estabilização buscada entre os diversos mundos dentro da lógica do “novo espírito do capitalismo”, em que não só objetos, mas espaços também são acionados.

Ainda como perspectiva de pesquisa, estudos sobre a sociomaterialidade nos processos decisórios de coordenação entre atividades paradoxais, como atividades que envolvem “autonomia e conformidade”, “aprendizagem e mecanização do trabalho”, “inovação e eficiência”, entre outros, poderiam ser buscados.

A investigação sobre sacrifícios, ausências e *trade-offs* próprios das “arquiteturas organizacionais” de atividades coletivas e intersituacionais nas organizações também poderiam ser explicados pela Teoria das Justificações.

A perspectiva aqui abordada revela, assim, a importância das abordagens pragmáticas na análise da materialidade de artefatos, dispositivos, ferramentas, objetos e espaços, contribuindo para o debate da “virada material” nos estudos organizacionais. Além disso, ao “abraçar” a Teoria das Justificações como “uma teoria que vale por si mesma” (Cloutier, Gond, & Leca, 2017), ampliamos as oportunidades de que as pesquisas no campo dos estudos organizacionais possam voltar seu olhar para o processo de justificação dos atores em ação. Isso permite, com base nos fundamentos retóricos da crítica, o desvelamento da pluralidade de ordens morais que envolve as contradições normativas que fundamentam a vida individual, institucional e social em diferentes níveis de análise.

APONTAMENTOS FINAIS

A progressiva regulação da sociedade por meio de artefatos revela a importância de estudos que compreendam a sua relação com a ação humana. No campo da administração e da gestão, tal fenômeno se apresenta evidente, uma vez que é comumente encontrado nas ferramentas de gerenciamento. Tendo em vista tal importância, buscamos, com este artigo, contribuir com essa discussão, com base na compreensão desses mediadores das relações sociais, os quais exigem análises que combinem a preocupação com atores, grupos sociais, suas relações de poder e crenças com as convenções e os modelos de julgamento, filosofias políticas e formas de conhecimento que animam esses objetos (Chiapello & Gilbert, 2019).

Nosso intuito foi contribuir para o debate sobre a “virada material” nas ciências sociais e, mais especificamente, a respeito da sociomaterialidade nos estudos organizacionais, incluindo a espacialidade, com base na Teoria da Justificação (Boltanski & Thévenot, 2006). Para isso, partimos do estudo do papel dos objetos, coisas e espaços, materiais ou simbólicos, no processo de justificação dos atores em ação. Trata-se de evidências materiais que são fundamentais nessa teoria para a demonstração do estado de valor por meio do qual os atores se apoiam em momentos de disputa ou conflito. Mostramos que os objetos e a objetividade da materialidade suportam a ligação entre cognição e coordenação, na medida em que as diferentes “formas de investimentos” oferecem as evidências materiais e o envolvimento dos objetos necessários para esclarecer as diferentes possibilidades de acesso à realidade (Thévenot, 2001).

Nesse sentido, Lorino (2013) mostra, por meio da observação, como as “arquiteturas organizacionais” se constituem em elementos da estrutura organizacional. De Vaujany e Vaast (2014) observam o imbricamento temporal entre espaço e legitimidade organizacional nos chamados “legados espaciais”. Salminen (2018) explora as “lógicas espaciais” dos mundos de justificação, fundamentado em esquemas de imagem inspirados em Johnson (1987) e Lakoff (1987). Gaudin (2018), por sua vez, contribui para o debate sobre a observação das manifestações de expressões corporais – gestos, atitudes e condutas – em ambientes construídos no contexto espacial urbano, como demonstrações das escolhas e preferências manifestadas em situações de confronto. Taylor e Spicer (2007) ainda reforçam a não neutralidade dos diferentes níveis espaciais das organizações ao adotarem o termo “espaços organizacionais”, categorizados pela possibilidade de estudar o espaço como distância, materialização das relações de poder ou espaço como experiência. Todas essas perspectivas demonstram alternativas de utilização das abordagens pragmáticas, contribuindo para o debate da “virada material” nos estudos organizacionais.

Ao demonstrar que estudos publicados recentemente, como os de Chiapello e Gilbert (2019), Daudigeos e Valiorgue (2018), Mitev et al. (2018), Reinecke et al. (2018) e Salminen (2018), são evidências da relevância da análise da materialidade dos artefatos, dispositivos, ferramentas, objetos e espaços para os estudos organizacionais, tecemos aproximações teóricas e empíricas relevantes entre esses artefatos e a Teoria da Justificação de Boltanski e Thévenot (2006) e sugerimos uma agenda de pesquisa.

Assim como destacado por Lorino (2013) e Mitev et al. (2018), esperamos que as pesquisas teórico-empíricas em estudos organizacionais possam ser enriquecidas com a discussão aqui tratada, ao adotarem abordagens de análise que incluam o material – seja um artefato, dispositivo e ferramenta, seja um objeto, espaço, lugar ou expressão corporal – na observação de atividades coletivas nas organizações. Esses exemplos fortalecem o argumento inicial deste artigo e a agenda de pesquisa proposta, abrindo caminho para ampla possibilidade de estudos que pretendem abordar o fenômeno da sociomaterialidade no campo das organizações.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), na forma de apoio financeiro à pesquisa e bolsa.

REFERÊNCIAS

- Amblard, H., Bernoux, P., Herrerros, G., & Livian, Y. F. (2015). *Les nouvelles approches sociologiques des organisations*. Paris, France: Media Diffusion.
- Amblard, M. (2003). *Conventions & management*. Paris, France: De Boeck Supérieur.
- Barad, K. (1996). Meeting the universe halfway: Realism and social constructivism without contradiction. In L. H. Nelson, J. Nelson (Eds.), *Feminism, science, and the philosophy of Science* (pp. 161-94). Dordrecht, Netherlands: Springer.
- Barad, K. (2003). Posthumanist performativity: toward an understanding of how matter comes to matter. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 28(3), 801-831. Recuperado de <https://doi.org/10.1086/345321>
- Barad, K. (2007). *Meeting the universe halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. Durham, NC: Duke University Press.
- Battilana, J., Besharov, M., & Mitzinneck, B. (2017). On hybrids and hybrid organizing: a review and roadmap for future research. In R. Greenwood, C. Olive, T. B. Lawrence, & R. E. Meyer (Eds.), *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (Chap. 5, pp. 133-169). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Boltanski, L. (2001). A moral da rede? Críticas e justificações nas recentes evoluções do capitalismo. *Fórum Sociológico*, 5(6), 13-35.
- Boltanski, L., & Thévenot, L. (1999). The sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory*, 2(3), 359-377. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/136843199002003010>
- Boltanski, L., & Thévenot, L. (2006). *On justification: economies of worth*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Cairns, G. (2002). Aesthetics, morality and power: design as espoused freedom and implicit control. *Human Relations*, 55(7), 799-820. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0018726702055007541>
- Callon, M. (2013). Qu'est-ce qu'un agencement marchand. In M. Callon, M. Akrich, S. Dubuisson-Quellier, C. Grandclément, A. Hennion, B. Latour, ... V. Rabeharisoa (Eds.), *Sociologie des Agencements Marchands* (pp. 325-440). Paris, France: Presses des Mines.
- Carlile, P. R., Nicolini, D., Langley, A., & Tsoukas, H. (2013). *How matter matters: objects, artifacts, and materiality in organization studies*. Oxford, UK: OUP Oxford.
- Chiapello, E., & Gilbert, P. (2016). L'agence des outils de gestion. In F. X. De Vaujany, A. Hussenot, & J. F. Chanlat (Eds.), *Théories des organisations: Nouveaux Tournants* (pp. 177-198). Paris, France: Economica.
- Chiapello, E., & Gilbert, P. (2019). *Management tools*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Cloutier, C., Gond, J. P., & Leca, B. (2017). Justification, Evaluation and Critique in the Study of Organizations: An Introduction to the Volume. In C. Cloutier, J. P. Gond, & B. Leca (Eds.), *Justification, Evaluation and Critique in the Study of Organizations* (Research in the Sociology of Organizations, Vol. 52, pp. 3-29), Bingley, UK: Emerald Publishing Limited. Recuperado de <https://doi.org/10.1108/S0733-558X20170000052001>
- Cloutier, C., & Langley, A. (2007). Competing rationalities in organizations: a theoretical and methodological overview. *Cahiers de Recherche du GÉPS*, 1(3), 1-35.
- Daudigeos, T., & Valiorgue, B. (2018). On objects and material devices in the organisational responses to institutional pluralism: insights from economies of worth. *Management International/International Management/Gestión Internacional*, 22(3), 121-128. Recuperado de <https://doi.org/10.7202/1060898ar>
- De Vaujany, F. X., Adrot, A., Boxenbaum, E., & Leca, B. (2019). Introduction: how can materiality inform institutional analysis? In F. X. De Vaujany, A. Adrot, E. Boxenbaum, & B. Leca (Eds.), *Materiality in Institutions* (pp. 1-31). London, UK: Palgrave Macmillan.
- De Vaujany, F. X., & Mitev, N. (2013). Introduction: space in organizations and sociomateriality. In F. X. De Vaujany, & N. Mitev (Eds.), *Materiality and Space* (pp. 1-21). London, UK: Palgrave Macmillan.
- De Vaujany, F. X., & Vaast, E. (2014). If these walls could talk: the mutual construction of organizational space and legitimacy. *Organization Science*, 25(3), 713-731. Recuperado de <https://doi.org/10.1287/orsc.2013.0858>
- Denis, J. L., Langley, A., & Rouleau, L. (2007). Strategizing in pluralistic contexts: rethinking theoretical frames. *Human Relations*, 60(1), 179-215. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0018726707075288>
- Dewey, J. (1939). Theory of valuation. In O. Neurath (Ed.), *International Encyclopedia of Unified Science* (pp. 189-254). Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Diaz-Bone, R. (2018). Economics of convention and its perspective on knowledge and institutions. In J. Glücker, R. Suddaby, R. Lenz (Eds.), *Knowledge and institutions* (pp. 69-88). Cham, UK: Springer.
- Faraj, S., & Azad, B. (2012). The materiality of technology: an affordance perspective. In P. M. Leonardi, B. A. Nardi, & J. Kallinikos (Eds.), *Materiality and organizing: Social Interaction in a Technological World* (Chap 12, pp. 237-258). Oxford, UK: Oxford Academic.
- Gaudin, O. (2018). Pragmatist views of urban experience: sensorial perception in urban studies. *Pragmatism Today*, 9(1), 173-188.
- Grenier, C., & Bernardini-Perinciolo, J. (2016). Strategic and enforced logics hybridization: an agency view within french hospitals and universities. In R. Pinheiro, L. Geschwind, F. O. Ramirez, K. Vrangbæk (Eds.), *Towards a comparative institutionalism: forms, dynamics and logics across the organizational fields of health care and higher education*. Bingley, UK: Emerald Group Publishing Limited.
- Holz, E. B. (2021). Sociomaterialidade e análise organizacional: da retórica à relevância. *Organizações & Sociedade*, 28(97), 241-64. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1984-92302021v28n9701PT>
- Jagd, S. (2011). Pragmatic sociology and competing orders of worth in organizations. *European Journal of Social Theory*, 14(3), 343-359. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1368431011412349>
- Jarzabkowski, P., & Fenton, E. (2006). Strategizing and organizing in pluralistic contexts. *Long Range Planning*, 39(6), 631-648. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.lrp.2006.11.002>

- Jarzabkowski, P., & Pinch, T. (2013). Sociomateriality is 'the New Black': accomplishing repurposing, reinscripting and repairing in context. *M@n@gement*, 16(5), 579-592. Recuperado de <https://doi.org/10.3917/mana.165.0579>
- Johnson, M. (1987). *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Kalberg, S. (1980). Max Weber's types of rationality: cornerstones for the analysis of rationalization processes in history. *American Journal of Sociology*, 85(5), 1145-1179. Recuperado de <https://doi.org/10.1086/227128>
- Kraatz, M., & Block, E. (2008). Organizational implications of institutional pluralism. In R. Greenwood, C. Oliver, K. Sahlin-Andersson, & R. Suddaby (Eds.), *Handbook of Organizational Institutionalism* (pp. 243-75). London, UK: Sage.
- Krieger, M. G. M., & Andion, C. (2014). Legitimidade das organizações da sociedade civil: análise de conteúdo à luz da teoria da capacidade crítica. *Revista de Administração Pública*, 48(1), 83-110. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0034-76122014000100004>
- Lafaye, C. (1996). *Sociologie des organisations*. Paris, France: Nathan.
- Lakoff, G. (1987). *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago, IL: University of Chicago press.
- Latour, B. (1987). *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Latour, B. (1992). Where are the missing masses? The sociology of a few mundane artifacts. In W. E. Bijker, & J. Law (Eds.), *Shaping Technology/Building Society: Studies in Sociotechnical Change* (pp. 225-258). Cambridge, MA: MIT Press.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Lefebvre, H. (1991). *The production of space*. Oxford, UK: Basil Blackwell.
- Leonardi, P. M. (2013). Theoretical foundations for the study of sociomateriality. *Information and Organization*, 23(2), 59-76. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.infoandorg.2013.02.002>
- Leonardi, P. M., Nardi, B. A., & Kallinikos, J. (2012). *Materiality and organizing: Social interaction in a technological world*. Oxford, UK: Oxford University Press on Demand.
- Lorino, P. (2013). Management systems as organizational 'architectures'. In F. X. De Vaujany, & N. Mitev (Eds.), *Materiality and Space* (pp. 62-75). London, UK: Palgrave Macmillan.
- Millar, R., Hall, K. & Miller, R. (2020). Hybrid organizations in English health and social care. In D. Billis, & C. Rochester (Eds.), *Handbook on Hybrid Organizations*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.
- Mitev, N., Morgan-Thomas, A., Lorino, P., De Vaujany, F. X., & Nama, Y. (2018). Managerial techniques in management and organization studies: theoretical perspectives on managerial artefacts. In N. Mitev, A. Morgan-Thomas, P. Lorino, F. X. De Vaujany, & Y. Nama (Eds.), *Materiality and Managerial Techniques* (pp. 1-38). London, UK: Palgrave Macmillan.
- Orlikowski, W. J. (2007). Sociomaterial practices: exploring technology at work. *Organization Studies*, 28(9), 1435-1448. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0170840607081138>
- Orlikowski, W. J. (2010). The sociomateriality of organizational life: considering technology in management research. *Cambridge Journal of Economics*, 34(1), 125-141. Recuperado de <https://doi.org/10.1093/cje/bep058>
- Orlikowski, W. J., & Scott, S. V. (2008). 10 sociomateriality: challenging the separation of technology, work and organization. *Academy of Management Annals*, 2(1), 433-474. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1080/19416520802211644>
- Pache, A-C, & Thornton, P. H. (2020). Hybridity and institutional logics. In M. Besharov, & B. Mitzinneck (Eds.), *Organizational hybridity: perspectives, processes, promises*. London, UK: Emerald Publishing Limited.
- Petani, F. J. (2016). *Space and process: the organizational importance of what we leave behind* (Tese de Doutorado). Università della Svizzera italiana, Lugano, Switzerland.
- Reay, T., & Hinings, C. R. B. (2009). Managing the rivalry of competing institutional logics. *Organization Studies*, 30(6), 629-652. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0170840609104803>
- Reinecke, J., van Bommel, K., & Spicer, A. (2017). When orders of worth clash: negotiating legitimacy in situations of moral multiplexity. In C. Cloutier, J. P. Gond, & B. Leca (Eds.), *Justification, Evaluation and Critique in the Study of Organizations* (Research in the Sociology of Organizations, Vol. 52, pp. 33-72). Bingley, UK: Emerald Publishing Limited. Recuperado de <https://doi.org/10.1108/S0733-558X20170000052002>
- Robichaud, D., & Cooren, F. (2013). *Organization and organizing: materiality, agency, and discourse*. London, UK: Routledge.
- Salminen, J. (2018). The spatial logics of justification – the case of a dispute over a car-free street in Tampere, Finland. *European Journal of Cultural and Political Sociology*, 5(1-2), 66-89. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/23254823.2018.1441044>
- Simpson, A. V., Cunha, M. P., & Clegg, S. (2015). Hybridity, sociomateriality and compassion: what happens when a river floods and a city's organizations respond? *Scandinavian Journal of Management*, 31(3), 375-386. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.scaman.2015.03.001>
- Taylor, S., & Spicer, A. (2007). Time for space: a narrative review of research on organizational spaces. *International Journal of Management Reviews*, 9(4), 325-346. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/j.1468-2370.2007.00214.x>
- Thévenot, L. (2001). Which road to follow? The moral complexity of an Equipped "Humanity". In J. Law, & A. Mol (Eds.), *Complexities: social studies of knowledge practices*. Durham, NC: Duke University Press.
- Thévenot, L., Moody, M., & Lafaye, C. (2000). Forms of valuing nature: arguments and modes of justification in French and American environmental disputes. In M. Lamont, & L. Thévenot (Eds.), *Rethinking Comparative Cultural Sociology: Repertoires of Evaluation in France and the United States* (pp. 229-272). Cambridge, UK: Cambridge University Press. Recuperado de <https://doi.org/10.1017/CBO9780511628108.009>
- Thornton, P. H. (2004). *Markets from culture: institutional logics and organizational decisions in higher education publishing*. Stanford, CA: Stanford University Press.

Thornton, P. H., Ocasio, W., & Lounsbury, M. (2012). *The institutional logics perspective: a new approach to culture, structure, and process*. Oxford, UK: Oxford University Press.

Willmott, H. (1993). Strength is ignorance; slavery is freedom: managing culture in modern organizations. *Journal of Management Studies*, 30(4), 515-552. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.1993.tb00315.x>

Priscila Keller Pires

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4706-3415>

Doutora em Administração; Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: prikeller@gmail.com

Graziela Dias Alperstedt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0144-0406>

Doutora em Engenharia de Produção; Professora titular e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: gradial@gmail.com